

Caderneta de poupança tem primeiro resultado negativo em 5 anos



De acordo com um relatório do Banco Central, pela primeira vez em cinco anos, os saques da poupança superaram os depósitos. Confira a matéria da TV Cultura!

Educação financeira: o exemplo que deve ser oferecido desde cedo



Fonte: [São Paulo para Crianças](#), por Fernando Vargas

Foto: São Paulo para Crianças/ Divulgação/ Pexels

A educação financeira é um tema cada vez mais presente na realidade e currículo das escolas e considerado fundamental para ser trabalhado desde cedo com as crianças, para que elas cresçam sabendo desenvolver uma relação mais saudável com o dinheiro. Porém, tão importante quanto trabalhar o tema dentro das escolas é conscientizar os pais para que esse seja um trabalho realizado em parceria com as famílias. Todo cidadão pode – e deve – desenvolver habilidades que melhorem sua qualidade de vida e a de seus familiares, a partir de atitudes comportamentais e de conhecimentos básicos sobre gestão de finanças pessoais. O que a educação financeira se propõe a fazer é amplificar esse trabalho de consciência nas pessoas, inclusive nas crianças.

Quando um indivíduo tem as finanças em ordem, ele toma decisões e enfrenta melhor as adversidades, como, por exemplo, o momento atual da pandemia. E isso ajuda não só na organização da vida financeira como também em aspectos pessoais e familiares. Nesse sentido, ao ensinar uma criança a lidar bem com o dinheiro desde pequena, quando adulta, ela terá maiores chances de aprender a administrar o seu salário, empreender e organizar a sua vida, sabendo comprar e poupar com consciência.

Consumidores bem-educados financeiramente demandam serviços e produtos adequados às suas necessidades, incentivam a competição e desempenham papel relevante no monitoramento do mercado, uma vez que exigem maior transparência das instituições financeiras e contribuem, dessa maneira, para a solidez e para a eficiência do sistema financeiro que tanto precisamos. Além disso, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia toda a economia, por estar intimamente ligada a questões como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento do país.

Por isso tudo, torna-se tão importante estabelecer, desde cedo, as bases para uma relação equilibrada com o dinheiro. E, para que esse trabalho seja bem-sucedido, a educação financeira deve ir ao encontro da realidade de cada indivíduo e de sua família, a importante aliada nesse aprendizado. Aprendemos muito com os acontecimentos da vida, por meio dos conhecimentos adquiridos e das experiências, assim como as ações e emoções exercem grande influência em nossas decisões financeiras. Somos dependentes de fatores fisiológicos – que podem ser alterados ou influenciados, dependendo das escolhas feitas – e de fatores psicológicos. Esses últimos são mais complexos, mostrando que a relação que os pais e familiares possuem com o dinheiro tem grande influência nas escolhas dos filhos. Se os pais se relacionam com o dinheiro de forma descontrolada e sem consciência, não podem cobrar que seus filhos sejam diferentes.

A ideia que se tem de dinheiro na vida adulta tem a ver com o modelo segundo o qual a criança foi apresentada na infância. Por isso, educar uma criança desde cedo é essencial, principalmente com exemplos e atitudes coerentes e coletivas. A criança notará a incoerência se a mãe negar um tênis novo, mas tiver 300 pares de sapatos no armário. Ou se o pai fizer um discurso negando o consumismo, mas trocar o aparelho de smartphone toda vez que surgir um novo modelo.

Outros pontos que devem ser valorizados são como ganhar dinheiro, poupar, gastar e também como doar (um preceito da ética e da responsabilidade social), assim como o valor exato que o dinheiro deve ter. É importante saber diferenciar o querer do precisar, o caro do barato. E ainda, adicionar ao contexto familiar um importante hábito: fazer a criança participar do orçamento da casa, seja na hora de consumir, economizar e poupar juntos, valendo para as contas básicas e supérfluas.

O principal objetivo de educar os filhos em relação ao dinheiro é levá-los a atingir maturidade financeira, ou seja, a capacidade de adiar desejos de agora em função de futuros benefícios. É da natureza humana querer obter satisfação imediata em todos os sentidos. A educação financeira para a criança deve ser um projeto permanente. Não existe idade certa para começar. A necessidade vai aparecer na vida de todos os pais no momento em que começam os famosos pedidos “compra isso, quero aquilo”.

Um ponto importante a ser destacado é como a relação entre pais e filhos também pode ficar prejudicada quando o consumismo passa a ser uma medida de amor. Independentemente de qual seja a renda familiar, os pais devem estabelecer e deixar muito claro para os filhos que existem limites para o consumo. Para isso, é importante que tenham clareza e tranquilidade para dizer não.

Não custa repetir: educação financeira se dá pelo exemplo. E justamente por isso é que a escola jamais conseguirá cumprir essa missão sozinha, sendo capaz de exercer seu papel educador sem o total apoio e parceria da família.

Demografia e previdência



Veículo: [Estadão Online](#)/ Notas e Informações/ Opinião

Foto: Freepik

As projeções demográficas indicam que, com exceção da África e alguns poucos países, as populações nacionais serão cada vez mais velhas e menores ao longo do século 21. Isso impõe pressões permanentes sobre os sistemas previdenciários. Garantir aposentadorias financeira e socialmente sustentáveis exigirá difíceis decisões políticas: ou aumentar o valor das contribuições, ou elevar a idade de aposentadoria, ou reduzir o valor dos benefícios. No Brasil não é diferente. É questão de poucos anos até que a reforma da previdência de 2019 tenha de passar por uma revisão.

Um modelo que demanda a atenção dos legisladores é o conjunto de mecanismos de ajuste automático dos sistemas previdenciários. Esses expedientes foram destaque do último Panorama da Previdência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A fim de evitar entraves políticos recorrentes, muitos países editaram regras que alteram automaticamente os parâmetros da previdência, como a idade de aposentadoria, benefícios ou taxas de contribuição, conforme as alterações nos indicadores demográficos, econômicos ou financeiros. Cerca de dois terços dos países da OCDE utilizam alguma forma de ajuste automático.

Há pelo menos quatro tipos de ajustes: contas nocionais (nas quais as contribuições dos trabalhadores ativos, ao invés de serem salvas em contas individuais, são utilizadas para pagar as aposentadorias dos atuais aposentados); ajustes de condições para aposentadoria de acordo com a expectativa de vida; benefícios condicionados à expectativa de vida, proporções demográficas ou PIB; ou um mecanismo de equilíbrio financeiro.

Tais ferramentas conferem mais previsibilidade à previdência e reduzem a necessidade de intervenções ad hoc e de longas renegociações, mas isso não significa que os sistemas previdenciários fiquem isolados da arena política e muito menos que possam navegar no piloto automático. O poder público mantém a flexibilidade de fazer mudanças em situações excepcionais, conforme as transformações no mercado de trabalho ou nas circunstâncias sociais, mas as alterações têm de ser devidamente justificadas.

O importante é distinguir entre mudanças estruturais necessárias e inevitáveis daquelas condicionadas a contingências circunstanciais. No primeiro caso, pode-se contar alterações como a elevação na expectativa de vida e a consequente elevação da idade para aposentadoria. Correções suplementares podem ser realizadas para adaptar o sistema às mudanças no tamanho do contingente de contribuintes ou para introduzir mecanismos que garantam o equilíbrio financeiro ao longo do tempo.

‘De um modo geral’, resume a OCDE, ‘mecanismos de ajuste têm a vantagem de definir a direção à qual os sistemas previdenciários devem ser orientados; desviar desse caminho exigirá ao menos explicações e conferir visibilidade às perdas e ganhos.’ No caso do Brasil, isso seria especialmente útil para salvaguardar as aposentadorias de manobras clientelistas, corporativistas e populistas.

Fonte: [Funpresp-Jud](#), em 18.01.2022.